

## GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

## Termo de Referência 78/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
78/2025	110322-GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	CLEBER RIBEIRO DA COSTA	21/11/2025 10:51 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		00185.001231/2025-86

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Registro de preços** para aquisição de veículos blindados, não blindados e administrativos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENT CATMAT	UND	QTD MÁXIMA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1	SUV veículo blindado de serviço especial com características mistas, policial e escolta, 7 ocupantes, cor preta	456316	UN	2	473.000,00	946.000,00
	2	SUV veículo de serviço especial com características mistas, policial e escolta, 7 ocupantes, cor preta	469936	UN	3	368.550,00	1.105.650,00
-	3	Sedã médio	449433	UN	4	177.296,67	709.186,68
-	4	Sedã compacto	459806	UN	6	137.212,50	823.275,00
-	5	Minivan capacidade 7 passageiros	308553	UN	4	150.557,50	602.230,00
-	6	Van, espécie carga	456356	UN	2	275.644,33	551.288,66
-	7	Van, espécie passageiros 16 lugares	350612	UN	2	345.000,00	690.000,00

<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>5.427.630,34</b>
--------------	-----------	----------	---------------------

1.1.1. Os itens 1 e 2 devem ser licitados em grupo por questões de segurança e padronização, pois os veículos deverão ser da mesma marca, modelo, cor e ano de fabricação, conforme descrito no item 2. Descrição da Necessidade do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

ÓRGÃO GERENCIADOR						
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTI DADE TOTAL
1	1	SUV veículo blindado de serviço especial com características mistas, policial e escolta, 7 ocupantes, cor preta	UN	2	2	2
	2	SUV veículo de serviço especial com características mistas, policial e escolta, 7 ocupantes, cor preta	UN	3	3	3
-	3	Sedã médio	UN	1	4	4
-	4	Sedã compacto	UN	1	6	6
-	5	Minivan capacidade 7 passageiros	UN	1	4	4
-	6	Van, espécie carga	UN	1	2	2
-	7	Van, espécie passageiros 16 lugares	UN	1	2	2

1.2. Em caso de divergência entre a descrição constante do CATMAT e deste Termo de Referência, prevalece a descrição do Termo de Referência e anexos.

1.2.1. Nos Apêndices, anexos ao Termo de Referência, constam imagens ilustrativas e descritivo dos bens a serem adquiridos para auxiliar na identificação dos mesmos.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante no subitem 5.5 do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da(s) ata(s) de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. A contratação será firmada por meio de contrato, com prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Com fundamento no § 2º, do art. 9º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 não haverá divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP). A anuência de outro órgão ao registro de preços, poderia ocasionar alguns óbices à aquisição em comento, a saber:

1.7.1. retardamento do processo;

1.7.2. redundar na interrupção da prestação de serviços significativos para o próprio Sistema de Segurança Presidencial;

1.7.3. coincidência da demanda, num mesmo período, junto aos licitantes vencedores; e

1.7.4. a quantidade a ser demandada pelo órgão pleiteante implica diretamente na composição de custos do fornecedor, haja vista a manutenção de um maior quantitativo de itens por um prazo de até 12 meses.

1.8. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

1.8.1. De acordo com o art. 7º do Decreto nº 11.462/2023, cabe à Presidência da República, como órgão gerenciador, praticar todos os atos de controle e de administração do SRP. Nesse sentido, a equipe de contratação, bem como esta administração não conta com número adequado de servidores para praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial por não poder atender aos requisitos como órgão gerenciador das entidades participantes, apontados nos dispositivos dos incisos III, IV, VI, VII, VIII e IX do art. 7º do Decreto nº 11.462/2023.

1.9. A presente aquisição atende aos requisitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 3/2008, que trata das aquisições e contratações de veículos oficiais no âmbito da Administração Pública Federal.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no item "2. Descrição da Necessidade" e item "7. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas" pertencentes ao Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência e detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 02/05/2024

III) Classe/Grupo: 2310 - Veículos Motorizados de Passageiros e 2320 - Veículos Sobre Rodas

IV) Identificador da Futura Contratação: 110322-181/2025 e 110322-102/2026

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6. do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável da Presidência da República:

4.2. Os resíduos eventualmente gerados com a presente contratação serão encaminhados à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada, conforme determinado na alínea 'a', inciso I, do art. 31 da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos; e

4.3 Conforme consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 5ª edição (agosto de 2022), depreende-se que:

"A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações." (p. 15)

4.4 Dessa forma, o Termo de Referência estabelecerá que os equipamentos/veículos devem atender aos critérios estabelecidos pela legislação ambiental, em especial, ao PROCONVE (programa de controle da poluição do ar por veículos automotores para máquinas agrícolas e rodoviárias), conforme Resolução/CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, da seguinte forma: Especificações Técnicas do Produto (TERMO DE REFERÊNCIA):

"Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes." (p. 305)

4.5 O edital deverá prever que o CONTRATADO deverá obedecer à legislação ambiental vigente, no que couber.

4.6. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República possui como um de seus objetivos minimizar o impacto ambiental na produção de resíduos relacionados às contratações de bens e serviços, contemplado no Eixo Temático nº 1 – Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, com Diretriz Estratégica nº 1 - Implantar e monitorar a gestão de resíduos sólidos para minimizar o impacto ambiental" e Diretriz Estratégica nº 2 - Buscar estratégias de consumo consciente. Dessa forma, o PDLS aborda objetivos visando ações para a baixa aplicação de gestão de resíduos orgânicos, entre outros, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)."

4.7. Ao incorporar essas considerações no processo de contratação, é possível avançar rumo a práticas mais sustentáveis, incentivando fornecedores a adotar medidas de responsabilidade ambiental e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

4.8 Por fim, não vislumbramos impactos ambientais passíveis de mitigação no presente estudo, a não ser aqueles já normatizados para a produção regular de veículos automotores.

### Da exigência de amostra

4.9. Não será exigida amostra.

### Subcontratação

4.10. É permitida a subcontratação parcial do objeto para serviços acessórios, tais como caracterização, adaptações, blindagem, equipamentos de comunicação, de sinalização e acústica, nas seguintes condições:

4.10.1. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;

4.10.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

4.10.3. Os serviços de blindagem devem ser prestados por empresa credenciada junto Ministério da Defesa - Exército Brasileiro - conforme legislação aplicável.

4.11. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

4.11.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.11.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.12. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.13. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.14. O contrato ou instrumento equivalente oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

### **Garantia da contratação**

4.15. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão a seguir:

4.15.1 A contratação em tela destina-se a aquisição de bem permanente, não se vislumbrando riscos que justifiquem a necessidade da exigência de garantia contratual da execução, já que todos os pagamentos só serão efetuados após a entrega dos bens.

4.15.2. Além disso, a exigência de garantia contratual poderia onerar o valor da contratação.

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.16. A indicação de marcas e modelos constante nos apêndices na presente contratação refere-se a um melhor entendimento dos veículos a serem adquiridos.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.17. Não haverá a reserva de cotas tendo em vista a padronização do objeto.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega será o seguinte:

5.1.1. Para os itens 1 e 2, veículos SUV da cápsula presidencial, até 180 (cento e oitenta) dias, contados da Solicitação de Fornecimento, em remessa parcelada, de acordo com a necessidade do órgão.

5.1.1.1. O prazo para entrega do veículo protótipo SUV não blindado será de até 60 (sessenta) dias contados da Solicitação de Fornecimento.

5.1.1.2. Não será necessária a produção de veículo protótipo SUV blindado, porém se faz necessário o acompanhamento por representante da Contratante das etapas do serviço de blindagem realizado pela Contratada.

5.1.2. Para os itens 3 a 7, veículos administrativos, até 60 (sessenta) dias, contados da Solicitação de Fornecimento, em remessa parcelada, de acordo com a necessidade do órgão.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Coordenação-Geral de Logística do Departamento de Apoio Logístico, da Secretaria de Segurança Presidencial, avenida N-2 Norte - S/N, Fundo do Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 09:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h, telefone (61) 3411-6580.

5.3.1. Por ocasião da entrega, os veículos deverão estar devidamente licenciados e emplacados, com a quitação dos tributos e encargos devidos, como carro oficial em nome do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, localidade de Brasília/DF, CNPJ 09.399.736/0001-59, observado o disposto na legislação pertinente, sendo os custos desses serviços de responsabilidade da Contratada.

5.3.2. Os dados para licenciamento dos veículos (CNPJ/Localidade/UF) são os informados no subitem 5.3.1. deste Termo de Referência.

5.3.3. No prazo de entrega estão compreendidos o emplacamento dos veículos e o registro dos documentos (CRLV e CRV).

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.1. A garantia inclui a realização das 3 (três) primeiras revisões, independentemente de quilometragem, incluindo peças e serviços, cujas despesas serão de responsabilidade do Contratado.

5.4.2. É de responsabilidade do Contratante o transporte dos veículos por ocasião das revisões programadas.

5.4.3. A garantia da proteção balística deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses para a parte opaca e vidros e garantia de 60 (sessenta) meses contra delaminação.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. O pedido de substituição do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **Apresentação de protótipo e vistoria**

5.15. Antes da produção em série, a fim de verificar o atendimento dos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência e seus anexos, deverá a contratada apresentar à Coordenação de Transporte da Coordenação-Geral de Logística do Departamento de Apoio Logístico do Gabinete de Segurança Institucional o protótipo dos veículos não blindados destinados à cápsula presidencial com os respectivos acessórios e equipamentos devidamente instalados, conforme estabelecidos nas especificações técnicas anexas a este TR.

5.15.1. A apresentação de protótipo faz-se necessária para garantir que os veículos com adaptações estejam de acordo com as especificações exigidas antes da produção total, reduzindo o custo e o tempo em caso de reprovações ou necessidade de pequenas modificações.

5.16. A referida apresentação para a Coordenação de Transporte deverá ocorrer, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, conforme item 5.1., contados da publicação do contrato, na empresa adaptadora ou em outro local adequado indicado previamente pela contratada. A empresa deverá entrar em contato com a contratante, com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência, para acertos quanto a apresentação do protótipo informando local, data e o horário previsto da apresentação.

5.16.1. Os integrantes da Coordenação de Transporte devem produzir relatório de vistoria, atestando ou reprovando o protótipo apresentado, apontando as melhorias e adequações necessárias ao protótipo, além das decisões tomadas pela Comissão Técnica em relação a pontos omissos do edital, consignando prazo para a solução das não conformidades apontadas e a forma de sua averiguação. O relatório deve ser assinado solidariamente pelos membros e representantes da contratada.

5.16.1.1. A Coordenação de Transporte poderá solicitar à contratada a apresentação de ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas para aferição de qualidade do material. Estas provas serão emitidas às expensas da contratada e poderão ser de laboratórios por ela indicados.

5.16.1.2. A Coordenação de Transporte, sempre que necessário, efetuará diligências para acompanhar todo processo de transformação dos veículos, desde a fase de projeto até a vistoria final no pátio da empresa adaptadora, subsidiando o processo de recebimento.

5.17. Antes do início da produção do protótipo, a empresa deverá enviar para a Coordenação de Transporte sugestão de localização para instalação dos controles e dos equipamentos nas partes internas e externas do veículo, do layout do grafismo, além de outros detalhes pertinentes.

5.18. As alterações eventualmente indicadas no protótipo deverão ser corrigidas após comunicação oficial ao fornecedor, devendo as melhorias ser encampadas para o lote de bens destinados à entrega final.

5.19. Constitui parte da apresentação do protótipo a apresentação de:

5.19.1. Laudos/atestados solicitados nas especificações técnicas, dentre eles:

5.19.1.1. Sinalização visual (sistema luminoso): SAE J845:2021, SAE J595:2021 e SAE J575:2018 (SAE - Society of Automotive Engineers).

5.19.1.2. Sinalização acústica (sirenes): SAE J1849:2012.

5.19.2. Atestado ou datasheet com referência de link do site do fabricante, emitido pelo fabricante das especificações técnicas dos LEDs, que comprove que o produto utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na presente especificação.

5.19.3. Book técnico do projeto do veículo em duas vias, uma física e outra via em mídia eletrônica no formato . PDF.

5.19.3.1. O Book técnico deve ser elaborado por engenheiro da adaptadora e aprovado por engenheiro da montadora contratada, ambos assinados e certificando que os itens e alterações realizadas atendem as exigências deste Termo de Referência e seguem os padrões exigidos pela montadora. O Book técnico deverá conter em seu capeado o seguinte:

- Descritivo Técnico da solução de adaptação e análise de risco no veículo em uso;
- Estrutura de Produtos (BOM – Bill of Material);
- Projeto Elétrico;
- Consumo elétrico e o respectivo Balanço Energético; Layout da passagem dos cabos e chicotes, distribuídos no veículo, constando as devidas indicações de cores de fios utilizados e conexões;
- Certificados e Normas referentes aos componentes elétricos utilizados na adaptação, deve constar o número do Report de cada norma e ensaio realizado, identificando de qual componente se refere;
- Descritivo de elementos físicos específicos (suportes e peças desenvolvidos pela empresa ou adquiridos de terceiros e instalados na adaptação, por meio de desenhos e medidas;
- Processo de Montagem (PDM) das adaptações no veículo;
- Rastreabilidade (se possuir), números de série, códigos de barra e QRCode, identificando os locais em que se encontram e forma de rastrear origem;
- Checklist de Inspeção Final do veículo adaptado como viatura policial.

5.20. O protótipo aprovado é computado no quantitativo final, o que não causa gastos extras às montadoras /adaptadoras.

5.2. O acompanhamento e fiscalização da Coordenação de Transporte não desqualifica a contratada como única e exclusiva responsável pela execução total do objeto do contrato de acordo com o termo de referência e seus anexos.

5.22. Finalizada a produção e adaptação dos lotes e antes do envio dos veículos, a contratada deverá agendar com a Coordenação de Transporte, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, vistoria dos veículos para verificar a conformidade com os protótipos aprovados para liberação e distribuição dos veículos.

5.22.1. O checklist de vistoria dos veículos deverá ser elaborado pela contratada e submetido à aprovação prévia da Coordenação de Transporte.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato ou instrumento hábil que o substitua deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez), juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8.1. O recebimento pela CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de entregar os veículos de acordo com as condições contidas no Edital e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que o CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca /reparação.

8.8.2. Recebido o veículo e se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, dentro do prazo de garantia, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a substituição/reparação dos mesmos em até 30 (trinta) dias.

8.8.3. Caso os veículos, dentro do período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos veículos, vierem a apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.

## **Liquidação**

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, conforme as regras deste presente tópico.

8.27. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **Reajuste**

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (7/10/2025).

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, por meio de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.1.1. Exclusivamente para os itens 1 e 2, será adotado o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO GRUPO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a solicitação do contratante.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.27.1.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando o fornecimento de no mínimo 2 (dois) veículos convencionais compatíveis com o objeto da licitação.

9.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 5.427.630,34 (cinco milhões quatrocentos e vinte e sete mil seiscentos e trinta reais e trinta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A comprovação da disponibilidade orçamentária fica postergada para o momento da assinatura contratual.

11.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 110322;
- II) Fonte de recursos: 0100;
- III) Programa de trabalho: 04122410246930001;
- IV) Elemento de despesa: 449052; e
- V) Plano interno: 00154350000.

11.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília-DF, ..... de ..... de 20..... .

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1 Não se aplica.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. Não se aplica.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GEORGE HENRIQUE DUARTE DE VASCONCELOS**

Autoridade competente

**MARCOS PAULO DOS SANTOS ALMEIDA**

Membro da comissão de contratação

**WASHINGTON FELIX BARROS**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1 Especificacao detalhada dos veiculos SUV blindados.pdf (937.8 KB)
- Anexo II - 2 Especificacao detalhada dos veiculos SUV nao blindados.pdf (183.09 KB)
- Anexo III - 3 Caracteristicas tipo Sedan Medio.pdf (340.84 KB)
- Anexo IV - 4 Caracteristicas tipo Seda Compacto.pdf (286.22 KB)
- Anexo V - 5 Caracteristicas tipo Minivan.pdf (165.62 KB)
- Anexo VI - 6 Caracteristicas tipo Van Furgao.pdf (325.75 KB)
- Anexo VII - 7 Caracteristicas tipo Van Passageiro.pdf (325.75 KB)
- Anexo VIII - APENDICES\_I\_A\_III\_veiculos.pdf (473.26 KB)
- Anexo IX - ETP\_110322-000031-2025 (4).pdf (172.44 KB)

## GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

**Estudo Técnico Preliminar 31/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 00185.001231/2025-86

**2. Descrição da necessidade**

2.1 O objeto deste processo licitatório, o qual este Estudo Técnico Preliminar (ETP) faz referência, é a aquisição de veículos administrativos e de serviços especiais, visando suprir demanda do Gabinete de Segurança Presidencial.

2.1.1 A presente aquisição atende aos requisitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 3/2008, que trata das aquisições e contratações de veículos oficiais no âmbito da Administração Pública Federal seguindo o Plano Anual de Aquisição de Veículos (PAAV) da Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) do Gabinete de Segurança Institucional (Sei 7033595).

2.2 Destaca-se que o Departamento de Segurança Presidencial (DSEG), de acordo com o art. 10º do Anexo I do Decreto nº 11.676, de 30 de agosto de 2023, tem como missão zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Presidente da República (PR), do Vice-Presidente da República (VPR) e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades, quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República.

2.3 Nesse contexto, o objetivo é salvaguardar as maiores autoridades do país sob a responsabilidade do Departamento de Segurança, proporcionar a manutenção dos níveis de segurança na capacitação e o melhoramento do desempenho dos integrantes do Sistema de Segurança Presidencial, com a correspondente manutenção dos padrões exigidos.

2.4 No cumprimento dessas atribuições, a SPR executa diversas atividades que demandam, necessariamente, o transporte seguro e eficiente das referidas autoridades, de agentes administrativos e de materiais com o emprego de veículos próprios, devidamente adaptados e mantidos em excelentes condições operacionais e administrativas, respeitando rigorosos padrões de segurança.

2.5 A presente contratação visa atender à necessidade premente de renovação da frota de veículos administrativos e de serviços especiais da Presidência da República, que se encontra atualmente em estado de conservação e operacionalidade longe do adequado. Constata-se que os veículos atualmente em uso vêm sofrendo desgaste acentuado em virtude do uso contínuo ao longo dos últimos anos, apresentando níveis crescentes de indisponibilidade e elevação expressiva nos custos de manutenção preventiva e corretiva.

2.6 Cabe destacar que a idade média dos veículos supera o limite técnico recomendado, com significativa parte da frota ultrapassando dez anos de uso. Existem ainda unidades que se encontram em total inatividade há mais de dois anos, em decorrência de problemas mecânicos irreversíveis ou cujos reparos não são economicamente viáveis. Tal situação compromete diretamente a capacidade operacional do Departamento, afetando a continuidade e a eficiência das atividades institucionais.

2.7 Além do desgaste natural da frota, registra-se o aumento progressivo das demandas por transporte administrativo no âmbito da Presidência da República, seja pelo incremento das atividades internas, seja pelo atendimento a deslocamentos de caráter institucional. O atual cenário impacta negativamente a disponibilidade e a confiabilidade da frota, gerando riscos operacionais e entraves logísticos que comprometem a adequada execução das missões sob responsabilidade da SPR.

2.8 Diante desse contexto, faz-se imprescindível o planejamento e a efetivação da substituição gradual da frota, por meio da aquisição de veículos administrativos novos, a fim de assegurar a eficiência, a economicidade, a segurança e a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria de Segurança Presidencial.

2.9 Destaca-se que os veículos administrativos ou de serviços especiais de segurança, blindados ou não, vão além de meios de transporte, pois são empregados pelos agentes de segurança como ferramentas de trabalho dotados de especificações técnicas e de desempenho previamente definidos (potência, torque, tração, cilindrada, freios, *air bag*, velocidade máxima etc) e de equipamentos a serem incorporados (blindagem, proteção frontal, luzes intermitentes e rotativas, suportes para armamento e munição, alarme sonoro, dentre outros). Aliado a isso, devem possuir condições de transportar, adequadamente e obedecendo à doutrina operacional de segurança, meios ofensivos e defensivos diversos (equipamentos eletrônicos de detecção, varredura e monitoramento, rádio navegação - GPS, rádio transreceptor, armamento e munição letais e não letais, etc).

2.10 Os veículos atualmente empregados nas atividades de segurança, foram intensamente utilizados ao longo dos últimos anos e em razão do uso intensivo, não são mais tecnicamente confiáveis e nem apropriados às necessidades às quais se destinam. Isso impõe sua substituição, o que proporcionará maior economicidade, confiabilidade na execução das atividades das equipes de segurança do Departamento de Segurança Presidencial.

2.11 Cabe registrar que, em razão do desgaste natural dos veículos, as panes têm sido frequentes, ocasionando, muitas vezes, a indisponibilidade dos meios de transporte, o que implica em reparações e manutenções, comprometendo sensivelmente a utilização da cápsula de segurança.

2.12 Nesse sentido, cabe destacar, que a confiabilidade resta prejudicada em função da incerteza quanto ao desempenho do equipamento, comprometendo a segurança e a integridade física das autoridades, dos agentes e de terceiros.

2.13 Além disso, torna-se imperioso analisar os seguintes aspectos relativos à atual frota dos veículos que fazem parte da cápsula presidencial:

a) Dificuldade de obtenção de peças: parte dos veículos da frota do Gabinete de Segurança Institucional, principalmente os veículos da cápsula presidencial, possui pelo menos 5 anos de uso em atividades de segurança. Devido ao tempo de uso dos veículos, o mercado muitas vezes não oferece com facilidade determinados componentes para serem aplicados nos veículos. A dificuldade em se encontrar estes componentes encarece o preço das peças e acaba onerando as manutenções que já não se comportam como preditivas, mas sim, corretivas.

b) Garantia de proteção balística dos veículos: a proteção balística possui data de validade, na qual o fabricante assegura a eficiência da blindagem. Todos os veículos já não contemplam essa garantia da eficácia por parte da proteção blindada que foi incorporada aos veículos. A garantia da proteção balística conferida pelo fabricante, é de 7 (sete) anos para a parte opaca e vidros, possuindo garantia de 5 (cinco) anos contra delaminação, a contar da data do recebimento.

c) Uso prolongado, desgaste prematuro e manutenção onerosa: o tempo de uso prolongado dos veículos em diversas operações, causou o desgaste de diversos componentes e sistemas nos veículos. Desgaste este que pode ser considerado normal pelo intenso uso dos veículos. Diferentemente dos veículos novos nos quais a manutenção preditiva é programada com custo (muitas vezes predeterminada), o uso prolongado causa o desgaste dos componentes e sistemas e exige diversas manutenções não previstas nas manutenções periódicas, onerando os cofres públicos com diversas manutenções corretivas. Além disso, com o uso prolongado e a grande quantidade de manutenções necessárias, não há total confiabilidade no desempenho dos veículos.

d) Desfazimento dos veículos: importante destacar que não haverá incremento na frota atual da presidência com a compra de novos veículos. O que ocorrerá será a substituição de parte dos veículos que fazem parte da cápsula de segurança por veículos novos. Os veículos substituídos serão encaminhados para desfazimento, conforme legislação em vigor.

2.14 A frota atual de veículos destinados à cápsula de segurança é diminuta e antiga, composta por 30 (trinta) veículos.

-	MARCA	MODELO	ANO MODELO	QUANTIDADE	À DISPOSIÇÃO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO	FROTA TOTAL
Blindado	Ford	Fusion	2018/19	19	12	26
	Honda	Accord	2017	1	0	
	Mitsubishi	Pajero	2019	1	1	
	CAOA CHERY	Tiggo 8	2024	5	0	
Não blindado	Ford	Fusion	2018/19	7	2	10
	CAOA CHERY	Tiggo 8	2024	3	0	
Total				36	15	36

2.14.1 Vale salientar que do quantitativo total de 36 veículos (26 blindados e 10 não blindados), 15 (quinze) veículos encontram-se à disposição dos Escritórios de Representação nas cidades de São Paulo, Campinas e Aracajú a fim de atender a demanda dos familiares do PR e VPR.

### Justificativa para a aquisição dos diferentes tipos de veículos

#### SUV para a cápsula presidencial

2.15 Para a escolha do tipo de veículo a ser adquirido para a cápsula presidencial, sedan ou SUV (*Sport Utility Vehicle*), foi realizado estudo pormenorizado da equipe da área demandante e decidiu-se pelo veículo tipo SUV. A escolha por veículos tipo SUV para a cápsula presidencial, recai nos seguintes aspectos:

- a) amplo espaço interno: uma das características mais presentes em um SUV é a grande quantidade de espaço, tanto para o transporte de passageiros quanto para o transporte de material, o que é essencial para os agentes de segurança presidencial que encontram-se equipados e transportam diferentes equipamentos relacionados à segurança;
- b) capacidade de trafegar em diferentes tipos de terreno: os veículos SUV geralmente apresentam tal característica, e muitos contam com a tração nas quatro rodas para o desempenho de tal atividade, contribuindo para situações imprevisíveis;
- c) visibilidade: em virtude de ser um veículo mais alto, a posição de condução torna-se também mais elevada, garantindo maior visibilidade ao condutor de veículo de segurança; e
- d) maior conforto para acesso ao veículo: por ser um veículo mais alto, o acesso e a saída dos ocupantes é facilitado, para os agentes de segurança como também ao se tratar das autoridades que, normalmente, apresentam idade mais avançada em relação aos agentes.

2.16 Nesse sentido, as camionetas e os utilitários (SUV - *Sport Utility Vehicle*) são veículos mistos caracterizados pelo Código de Trânsito Brasileiro, respectivamente, como veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento (camioneta) e veículo misto caracterizado pela versatilidade do seu uso, inclusive fora de estrada (utilitário). Ou seja, aliam a robustez de uma caminhonete com a velocidade e aceleração de um sedã, atributos relevantes no serviço da segurança presidencial. Por tais atributos, são veículos que aceitam bem as adaptações necessárias para as atividades de segurança presidencial.

2.17 Salienta-se que a Cápsula Presidencial (ou Vice-Presidencial) constitui-se de um conjunto de 5 (cinco) veículos de representação, devendo obrigatoriamente ser de mesma marca, modelo e cor do veículo presidencial. Tal imposição, por aspectos de segurança, visa não demonstrar a presença exata da autoridade nos deslocamentos com o uso de veículo diferenciado. Portanto, os veículos de representação, que atendem às autoridades não se resumem somente ao veículo ocupado pelos mesmos. Considere-se, ainda, que todos os deslocamentos da referida cápsula realizar-se-ão com a utilização desses cinco veículos para atender única e exclusivamente ao Presidente, ao Vice-Presidente e de seus familiares, caracterizando-se, desta forma, os veículos integrantes da cápsula presidencial como, também, veículos de representação, certo que não haverá outra finalidade de utilização desses veículos.

#### Sedã médio



2.18 A aquisição de veículos tipo sedã médio tem por finalidade atender às necessidades de transporte dos familiares do Presidente e do Vice-Presidente da República. Os veículos atualmente utilizados para essa finalidade são do modelo Ford Fusion, ano 2013, com mais de uma década de uso, apresentando desgaste natural decorrente do tempo de serviço, alta quilometragem, custo elevado de manutenção e obsolescência tecnológica. A substituição desses veículos é necessária para garantir confiabilidade operacional, segurança dos ocupantes e economicidade, considerando-se os crescentes custos com manutenção corretiva e preventiva dos atuais veículos. A aquisição visa assegurar condições adequadas de transporte, com segurança, conforto e eficiência, para os familiares das autoridades máximas do Poder Executivo.

#### **Sedã compacto**

2.19 A aquisição de veículos tipo sedã compacto tem por finalidade atender às necessidades administrativas da Secretaria de Segurança Presidencial, como o transporte de agentes de segurança presidencial em deslocamentos de rotina, vistorias técnicas, acompanhamento de eventos, reuniões operacionais e outras ações logísticas relacionadas à segurança. Visa conciliar eficiência, descrição, economia de combustível e mobilidade urbana, sem comprometer a prontidão e a eficácia das atividades desempenhadas pelos agentes. A aquisição visa substituir os veículos modelo Chevrolet Cruze, ano 2015, atualmente em uso. Os referidos veículos encontram-se com quilometragem elevada, apresentando desgaste natural decorrente do tempo de uso e da alta demanda operacional, o que tem ocasionado aumento nos custos de manutenção corretiva, maior tempo de indisponibilidade para reparos e comprometimento da confiabilidade para as missões designadas.

#### **Minivan**

2.20 A aquisição de veículos tipo minivan, com capacidade para 7 (sete) ocupantes, tem por finalidade atender às necessidades operacionais da Secretaria de Segurança Presidencial, especialmente no que se refere ao transporte de Agentes de Segurança Presidencial e demais integrantes da equipe. Os veículos serão utilizados prioritariamente no deslocamento dos referidos profissionais para o Aeroporto, por ocasião de embarques e desembarques vinculados a missões nacionais e internacionais. A aquisição visa substituir os veículos modelo Fiat Doblô, ano 2013, atualmente em uso. Esses veículos apresentam elevado índice de desgaste, resultando em custos crescentes de manutenção corretiva e preventiva. Além disso, a frequência de falhas mecânicas tem aumentado, comprometendo a confiabilidade e a continuidade dos serviços prestados

#### **Van para transporte de material**

2.21 A aquisição de veículos tipo Van Furgão, para transporte de material, tem por finalidade atender às demandas logísticas da Secretaria de Segurança Presidencial, especialmente no que se refere ao transporte de materiais utilizados em atividades administrativas e operacionais. As operações da Secretaria exigem a movimentação constante de equipamentos, documentos sigilosos, materiais táticos, insumos de uso interno e demais itens essenciais para o pleno funcionamento das ações de segurança e apoio institucional, proporcionando maior agilidade, sigilo e segurança no transporte de cargas, além de garantir suporte às equipes em campo e facilitar a logística entre unidades e locais de operação. Adicionalmente, a aquisição visa à substituição dos atuais veículos utilizados para essa finalidade, uma Peugeot Boxer, ano 2008, e uma Fiat Ducato, ano 2013, os quais já apresentam elevado grau de desgaste, custos recorrentes com manutenção corretiva e comprometimento da confiabilidade operacional. A idade avançada da frota atual coloca em risco a continuidade dos serviços e a segurança do transporte de materiais sensíveis, especialmente em atividades que demandam agilidade, descrição e prontidão.

#### **Van para transporte de passageiros**

2.22 A aquisição de veículos tipo Van Passageiro destina-se ao transporte dos Agentes de Segurança Presidencial, Agentes de Segurança de Instalações e demais integrantes da Secretaria de Segurança Presidencial no desempenho de atividades administrativas e operacionais. As vans são utilizadas para o transporte de pessoal empregado na segurança dos palácios, das residências presidenciais e em eventos oficiais da Presidência da República. A presente aquisição visa a substituição dos atuais veículos Peugeot Boxer, ano 2008, que vem sendo utilizados para essa finalidade, já apresentando desgaste mecânico e estrutural acentuado, devido ao tempo de uso e à elevada quilometragem, comprometendo a segurança no transporte dos Agentes e demais integrantes da Secretaria de Segurança Presidencial.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Logística/Departamento de Apoio Logístico/SPR /GSI	George Henrique Duarte de Vasconcelos - Cel EB

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os veículos administrativos são empregados no transporte de pessoal e de material, nas atividades de segurança das residências do Presidente e do Vice-Presidente da República, na segurança dos palácios presidenciais, no transporte de familiares das autoridades constituídas, no transporte dos integrantes do DSEG em escalas de viagens nacionais e internacionais e, ainda, em atividades de instrução para formação de Condutores de Veículos de Segurança de Autoridade, Agentes de Segurança Presidencial e Agentes de Segurança de Instalações.

4.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.4 O prazo de entrega dos bens é de até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento, em remessa parcelada, de acordo com a necessidade do órgão, no seguinte endereço: Coordenação-Geral de Logística do Departamento de Apoio Logístico, da Secretaria de Segurança Presidencial, avenida N-2 Norte - S/N, Fundo do Palácio do Planalto, CNPJ: 09.399.736/0001-59, CEP 70150-900, em Brasília-DF, em horário das 9:00h às 11:30h e das 14h às 17:30h, telefones (61) 3411-6580.

4.4.1 Por ocasião da entrega, os veículos deverão estar devidamente licenciados e emplacados como carro oficial em nome do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, localidade de Brasília/DF, CNPJ 09.399.736/0001-59, observado o disposto na legislação pertinente, sendo os custos desses serviços de responsabilidade da Contratada.

4.4.2 Os dados para licenciamento dos veículos (CNPJ/Localidade/UF) são os informados no subitem 4.4 deste Estudo Técnico Preliminar.

4.4.3 No prazo de entrega estão compreendidos o emplacamento dos veículos e o registro dos documentos (CRLV e CRV).

4.4.4. O prazo para entrega do veículo protótipo não-blindado adaptado para veículo escolta será de até 60 (sessenta) dias contados da Solicitação de Fornecimento.

4.4.4.1. Não será necessária a produção do veículo protótipo blindado adaptado para veículo escolta, porém se faz necessário o acompanhamento por representante da Contratante das etapas do serviço de blindagem realizado pela Contratada.

4.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.6 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta.

4.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.8.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

4.10 Além de outros requisitos previstos no processo, os veículos deverão possuir garantia de 36 (trinta e seis) meses, no mínimo, independente de quilometragem.

4.11 Para os veículos blindados, a garantia da proteção balística deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses para a parte opaca e vidros e garantia de 60 (sessenta) meses contra delaminação.

4.12 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.13 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto ou itens com avarias ou defeitos.

4.14 No momento da entrega dos veículos, a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, certificado emitido pelo fabricante/montadora de que as adaptações (blindagem, acessórios e equipamentos), a serem implementados nos veículos, não comprometam a garantia.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1 Para compor os valores de referência, este Departamento realizou a pesquisa de preços consoante às orientações no § 1º, art. 5º da Instrução Normativa nº 65, 7 de julho de 2021, que estabelece prioridade para utilização dos parâmetros incisos I e II, e nos casos de obtenção parcial ou não ter sido encontrado preços conforme os incisos citados anteriormente utilizou-se a combinação ou a totalidade das pesquisas de preços conforme incisos de I a IV do mesmo parágrafo e artigo.

5.2 As pesquisas de preço com fornecedores, conforme previsto no item IV da IN nº 65/2021, foram realizadas mediante solicitação formal de cotação via e-mail, estando os orçamentos compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

5.3 As pesquisas de preços realizadas consoante orientações constantes no art. 6 da IN 65/21, utilizaram como metodologia a média e a mediana de preços nos casos previsto no § 6º do mesmo artigo e nas pesquisas julgadas necessárias.

5.4 O levantamento de mercado buscou manter uma certa padronização com os bens atualmente em uso, bem como a atender ao princípio da economicidade.

5.4.1 Para tanto, foram encaminhados para diferentes empresas, 8 (oito) solicitações de orçamento (Sei 6941192, 6941200, 6941207, 6941215, 6941219, 6941221, 6941225 e 6941254), das quais todas responderam gerando 13 (treze) propostas de orçamento para: SUV blindado (6944834, 6944838, 6944843, 6944852), SUV não blindado (6944878, 6944887, 6944935, 6944940), sedã médio (6944969), sedã compacto (6944975), minivan (6944986), van furgão (6944993) e van passageiros (6944999).

5.5 Os itens da presente aquisição, são considerados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por meio de especificações usuais de mercado.

5.6 A fim de se buscar soluções disponíveis no mercado, verificou-se a possibilidade de locação de veículos. Buscou-se, junto à administração pública, contratos de locação de veículos que satisfizessem o presente processo.

5.7 Verificou-se junto à Coordenação-Geral de Transporte (COTRAN) da Presidência da República, contratos de locação de veículos semelhantes aos que se pretendem adquirir no presente processo. Foram levantadas as seguintes informações (Sei 7033598):

Item	Tipo	LOCAÇÃO (R\$)			AQUISIÇÃO (R\$)
		Locação Valor mensal (A)	Locação Valor 12 meses (B)	Locação Valor 24 meses (C)	Aquisição Valor unitário estimado (D)
1	SUV veículo blindado de serviço especial com características mistas, policial e escolta, 7 ocupantes, cor preta	23.645,40	283.744,80	567.489,60	473.000,00
2	SUV veículo de serviço especial com características mistas, policial e escolta, 7 ocupantes, cor preta	15.763,50	189.162,00	378.324,00	368.550,00
3	Sedã médio	7.881,90	94.582,80	189.165,60	177.296,67
4	Sedã compacto	5.015,84	60.190,08	120.380,16	137.212,50
5	Minivan capacidade 7 passageiros	5.976,90	71.722,80	143.445,60	150.557,50
6	Van, espécie carga	12.151,20	145.814,40	291.628,80	275.644,33
7	Van, espécie passageiros 16 lugares	12.151,20	145.814,40	291.628,80	345.000,00

5.8 A tabela apresenta os valores mensais de locação na coluna (A), o total com locação para 12 meses (coluna (B)) e, ainda, o valor de locação para 24 meses (coluna (C)). O valor estimado para aquisição dos veículos, está demonstrado na coluna (D).

5.9 A partir da análise dos valores da tabela, depreende-se que os valores de locação dos veículos para 24 meses (coluna (C)) são semelhantes aos valores estimados da aquisição (coluna (D)). Vale salientar que os valores estimados da aquisição (coluna (D)), tendem a reduzir durante o certame licitatório concluindo-se que os valores estarão abaixo ou muito próximos à coluna (C).

5.10 Apesar da realização de pesquisa de mercado, visando determinar a existência de soluções alternativas que melhor atendessem à demanda em tela, não se verificou oportunidades de melhoria ou outras soluções alternativas que pudessem acrescentar novas metodologias, tecnologias ou inovações que aperfeiçoassem as atividades de transporte de autoridades e de materiais no âmbito da Presidência da República.

5.11 Devido às especificidades das atividades envolvidas na segurança do transporte de autoridades, servidores e de materiais sensíveis, a aquisição dos bens se demonstra como melhor opção para a contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Como objeto desta contratação a aquisição de veículos administrativos e de serviços especiais visa substituir os veículos utilizados atualmente. Os veículos administrativos são empregados no transporte de pessoal e de material, nas atividades de segurança das residências do Presidente e do Vice-Presidente da República, na segurança dos palácios presidenciais, no transporte de familiares das autoridades constituídas, no transporte dos integrantes do DSEG em escalas de viagens nacionais e internacionais, e atividades de instrução para formação de Condutores de

Veículos de Segurança de Autoridade, Agentes de Segurança Presidencial e Agentes de Segurança de Instalações. Considerando a necessidade de garantir a eficiência, segurança e economicidade nas atividades desempenhadas por esta Instituição, faz-se necessário a substituição dos veículos atualmente em uso, pois muitos, devido ao elevado tempo de utilização (mais de 10 anos), vem apresentando elevados custos de manutenção e crescentes índices de indisponibilidade, comprometendo as atividades desempenhadas no Órgão.

6.2 Os veículos novos a serem adquiridos conforme especificações, quantificações e detalhamentos estão discriminados conforme Termo de Referência e seus anexos, com todos os itens de séries exigidos pelo Contran, além das adaptações exigidas para veículos escolta, garantia contra defeitos de fábrica, não inferior a 36 (trinta e seis) meses, além da garantia da proteção balística que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses para a parte opaca e vidros e garantia de 60 (sessenta) meses contra delaminação para os veículos blindados.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O quantitativo a ser adquirido, destina-se à renovação da frota de veículos que compõem as cápsulas presidenciais, assim definidas como grupo de veículos que formam o comboio presidencial e destinam-se para uso exclusivo em deslocamentos do Presidente e do Vice-Presidente da República e de seus familiares, além dos veículos administrativos para transporte de servidores e transporte de carga.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	1	Veículo, Espécie passageiro, Tipo <b>SUV (Sport Utility Vehicle)</b> , Capacidade para 7 ocupantes, Potência máxima não inferior a 170 cv, Diesel ou Gasolina ou Bicomcombustível (Flex), Tração 4x4 ou 4x2, Câmbio automático, Ar condicionado, Freio a disco nas quatro rodas, Cor preta, Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 50 litros, Medidas mínimas em milímetros (com tolerância de 6%): comprimento 4.720, largura 1.860, altura 1.705 e distância entre eixo 2.710; Porta-malas, veículo configurado para 7 (sete) lugares: 193 litros no mínimo (com tolerância de 6%); Todos os veículo adaptados para veículo escolta, licenciados, emplacados em nome do Gabinete de Segurança Institucional e acrescidos de blindagem nível de proteção III-A	2
	2	Veículo, Espécie passageiro, Tipo <b>SUV (Sport Utility Vehicle)</b> , Capacidade para 7 ocupantes, Potência máxima não inferior a 170 cv, Diesel ou Gasolina ou Bicomcombustível (Flex), Tração 4x4 ou 4x2, Câmbio automático, Ar condicionado, Freio a disco nas quatro rodas, Cor preta, Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 50 litros, Medidas mínimas em milímetros (com tolerância de 6%): comprimento 4.720, largura 1.860, altura 1.705 e distância entre eixo 2.710; Porta-malas, veículo configurado para 7 (sete) lugares: 193 litros no mínimo (com tolerância de 6%); Todos os veículo adaptados para veículo escolta, licenciados e emplacados em nome do Gabinete de Segurança Institucional.	3
-	3	Veículo, Espécie passageiro, Tipo <b>Sedã médio</b> , Capacidade para 5 ocupantes, Potência máxima não inferior a 170 cv, Gasolina ou Bicomcombustível (Flex), Tração dianteira, Câmbio automático, Ar condicionado, Freio a disco nas quatro rodas, Cor preta, Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 50 litros, Medidas mínimas em milímetros (com tolerância de 6%): comprimento 4.630, largura 1.780, altura 1.455 e distância entre eixo 2.700; Porta-malas de 470 litros no mínimo (com tolerância de 6%); Todos os veículo licenciados e emplacados em nome do Gabinete de Segurança Institucional.	4
-	4	Veículo, Espécie passageiro, Tipo <b>Sedã compacto</b> , Capacidade para 5 ocupantes, Potência máxima não inferior a 116 cv, Gasolina ou Bicomcombustível (Flex), Tração dianteira, Câmbio automático, Ar condicionado, Freio a disco nas rodas dianteiras com sistema anti travamento (ABS com gerenciamento eletrônico), Cor preta, Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 42	6

		litros, Medidas mínimas em milímetros (com tolerância de 6%): comprimento 4.474, largura 1.730, altura 1.473 e distância entre eixo 2.600; Porta-malas de 470 litros no mínimo (com tolerância de 6%); Rodas de liga leve de 16"; Todos os veículo licenciados e emplacados em nome do Gabinete de Segurança Institucional.	
-	5	Veículo, <b>Espécie passageiro, Tipo minivan</b> , Capacidade para 7 ocupantes, Motor aspirado com capacidade não inferior a 1.6 litros, Potência máxima não inferior a 111 cv, Gasolina ou Bicomustível (Flex), Tração dianteira, Câmbio automático, Ar condicionado, Freio a disco nas rodas dianteiras com sistema anti travamento (ABS com gerenciamento eletrônico), Cor branca, Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 50 litros, Medidas mínimas em milímetros (com tolerância de 6%): comprimento 4.420, largura 1.735, altura 1.684 e distância entre eixo 2.620; Porta-malas, veículo configurado para 7 (sete) lugares: 550 litros no mínimo (com tolerância de 6%); Rodas de liga leve de 16"; Todos os veículo licenciados e emplacados em nome do Gabinete de Segurança Institucional.	4
-	6	Veículo, <b>Espécie carga, Tipo Van</b> , Capacidade para 3 ocupantes, Capacidade mínima de carga de 1500 kg, Capacidade volumétrica mínima de 13 m³ com revestimento interno do baú em madeira; Motor turbo diesel, Potência máxima não inferior a 140 cv, Tração traseira, Câmbio manual de 6 velocidades, Ar condicionado, Freio a disco nas 4 rodas, Cor branca, Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 70 litros, Medidas mínimas em milímetros (com tolerância de 6%): comprimento 6.967, largura 2.020, altura 2.663 e distância entre eixo 4.325; Rodas de 16" com estepe em aro de ferro; Todos os veículo licenciados e emplacados em nome do Gabinete de Segurança Institucional.	2
-	7	Veículo, <b>Espécie passageiro, Tipo Van</b> , Capacidade para, no mínimo, 16 ocupantes (motorista e 15 passa, Motor turbo diesel, Potência máxima não inferior a 170 cv, Tração traseira, Câmbio manual de 6 velocidades, Ar condicionado, Freio a disco nas 4 rodas, Cor branca, Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 70 litros, Medidas mínimas em milímetros (com tolerância de 6%): comprimento 5.932, largura 2.020, altura 2.820 e distância entre eixo 3.665; Rodas de 16" com estepe em aro de ferro; Todos os veículo licenciados e emplacados em nome do Gabinete de Segurança Institucional.	2

7.2 A especificação detalhada de todos os veículos encontra-se em anexo ao Termo de Referência.

7.3 O histórico de contratações dos últimos 5 anos é o constante na tabela a seguir. Destaca-se que dos 31 (trinta e um) veículos adquiridos, 13 (treze) veículos encontram-se distribuídos aos Escritórios de Representação nas cidades de São Paulo, Campinas e Aracajú, além de 1 (um) veículo com perda total.

ORDEM	VEÍCULOS	PLACA	ANO	LOCAL DE EMPREGO
1	VAN AMBULÂNCIA	REK0G59	2020	SPR
2	VAN AMBULÂNCIA	REK0G60	2020	SPR
3	PICAPE FRONTIER	REJ7B80	2020	SPR
4	PICAPE FRONTIER	REJ7B91	2020	SPR
5	PICAPE FRONTIER	REK6A82	2020	SPR
6	PICAPE FRONTIER	REJ8B01	2020	ESCRITÓRIO DE ARACAJÚ
7	PICAPE FRONTIER	REJ7B67	2020	PERDA TOTAL
8	VAN SPRINTER PESSOAL	REM3D91	2021	SPR
9	VAN SPRINTER PESSOAL	REM4D04	2021	SPR
10	VAN SPRINTER PESSOAL	REM4D06	2021	SPR
11	VAN SPRINTER PESSOAL	REM4D07	2021	SPR
12	VAN SPRINTER PESSOAL	REM3D99	2021	ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO
13	VAN SPRINTER PESSOAL	REM3D96	2021	ESCRITÓRIO DE CAMPINAS
14	VAN SPRINTER FURGÃO	REN1G08	2021	SPR

15	VAN SPRINTER FURGÃO	REN1G10	2021	SPR
16	VAN SPRINTER FURGÃO	REN1G05	2021	ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO
17	VAN SPRINTER FURGÃO	REN0G97	2021	ESCRITÓRIO DE CAMPINAS
18	SEDÃ COMPACTO ONIX	SGW5G00	2023	SPR
19	SEDÃ COMPACTO ONIX	SGW5F99	2023	SPR
20	SEDÃ COMPACTO ONIX	SGW4A08	2023	SPR
21	SEDÃ COMPACTO ONIX	SGW5F96	2023	ESCRITÓRIO DE ARACAJÚ
22	SEDÃ COMPACTO ONIX	SGW5F95	2023	ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO
23	SEDÃ COMPACTO ONIX	SGW5F97	2023	ESCRITÓRIO DE CAMPINAS
24	SUV TIGGO 8	SSM2D67	2024	SPR
25	SUV TIGGO 8	SSM2D68	2024	SPR
26	SUV TIGGO 8	SSM2D69	2024	SPR
27	SUV TIGGO 8 BLINDADA	SSN0B26	2024	ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO
28	SUV TIGGO 8 BLINDADA	SSN0B17	2024	ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO
29	SUV TIGGO 8 BLINDADA	SSN0B21	2024	ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO
30	SUV TIGGO 8 BLINDADA	SSN0B31	2024	ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO
31	SUV TIGGO 8 BLINDADA	SSN0B24	2024	ESCRITÓRIO DE ARACAJÚ

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.427.630,34

8.1 A estimativa do valor da contratação foi obtida por meio de pesquisa no site Pannel de Preços, Banco de Preços, na Internet e pesquisa com fornecedores, conforme previsto na Instrução Normativa nº 65, 7 de julho de 2021.

8.2 Em virtude da complexidade de especificações dos bens, não foi possível a utilização exclusiva do painel de preços ou contratações públicas, sendo necessário a consulta formal a fornecedores do ramo.

8.3 O processo em tela, por tratar-se de **sistema de registro de preços**, tem por finalidade a aquisição de:

Grupo	Item	Tipo	CATMAT	Valor unitário estimado (R\$)	Quantidade	Valor total estimado (R\$)
1	1	SUV veículo blindado de serviço especial com características mistas, policial e escolta, 7 ocupantes, cor preta	456316	473.000,00	2	946.000,00
	2	SUV veículo de serviço especial com características mistas, policial e escolta, 7 ocupantes, cor preta	469936	368.550,00	3	1.105.650,00
-	3	Sedã médio	449433	177.296,67	4	709.186,68
-	4	Sedã compacto	459806	137.212,50	6	823.275,00
-	5	Minivan capacidade 7 passageiros	308553	150.557,50	4	602.230,00
-	6	Van, espécie carga	456356	275.644,33	2	551.288,66
-	7	Van, espécie passageiros 16 lugares	350612	345.000,00	2	690.000,00
<b>Total</b>					<b>23</b>	<b>5.427.630,34</b>

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1 Para a contratação dos serviços de transformação/adaptação de veículos com blindagem e outras alterações, especificamente dos itens 1 e 2, corroborando o subitem 2.17 deste ETP, salienta-se que a Cápsula Presidencial (ou Vice-Presidencial) constitui-se de um conjunto de 5 (cinco) veículos de representação, devendo obrigatoriamente serem de mesma marca, modelo e cor do veículo presidencial. Tal imposição, por aspectos de segurança, visa não demonstrar a presença exata da autoridade nos deslocamentos com o uso de veículo diferenciado.

9.2 Além disso, não se mostra viável tecnicamente o parcelamento da solução, além de não se mostrar eficiente do ponto de vista econômico para a administração pública. Isso se dá pelo fato de que os serviços estão interligados, de modo que a execução parcelada dos mesmos implica necessariamente em retrabalho dos licitantes, culminando, por conseguinte, em aumento do preço para execução dos serviços.

9.3 Tal constatação advém do fato de que uma transformação dessa magnitude exige alterações em diversos componentes do veículo, muitos deles já presentes desde a montagem da carroceria e chassi, tais como alterações em motor e instalações elétricas, por exemplo, de modo que a separação desses serviços não culminaria em significativa economia ao erário devido ao retrabalho do processo.

9.4 Diante dos motivos expostos, dado os aspectos técnicos e econômicos envolvidos para a pretensa contratação, sugere-se o não parcelamento da solução dos itens 1 e 2 que devem ser licitados em grupo.

9.5 Em resumo, para os itens 1 e 2, a aquisição não deve ser parcelada, os itens devem ser adquiridos juntos, em grupo. Para os demais itens, de 3 a 7, não há necessidade de aquisição única, a aquisição será de acordo com a demanda do órgão demandante e a disponibilidade orçamentária.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Não é o caso.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A aquisição dos bens constantes da demanda em tela está prevista no Plano Anual de Contratações, conforme itens constantes no Documento de Formalização de Demanda nº 253/2025 (Sei 7037649) e 267/2025 (Sei 7037652) da Coordenação de Transporte da Coordenação-Geral de Logística.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 O processo em tela visa a renovação da frota de veículos que compõem as cápsulas presidenciais, assim definidas como grupo de veículos que formam o comboio presidencial e destinam-se para uso exclusivo em deslocamentos do Presidente e do Vice-Presidente da República e de seus familiares.

12.2 Além dos veículos da cápsula presidencial, a aquisição de veículos administrativos proporcionará maior economicidade e confiabilidade na execução das atividades das equipes de segurança, no transporte de servidores e no transporte de carga, bem como incremento aos recursos humanos disponíveis, trazendo melhores condições de trabalho aos agentes, além de ser a melhor solução do ponto de vista econômico, conforme análise das soluções apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar.



### 13. Providências a serem Adotadas

13.1 A contratação pretendida não demandará adequações significativas no ambiente da SPR, visto que constituem-se em veículos que são rotineiramente utilizados pelos agentes de segurança em atividades de segurança presidencial, sendo que a particularidade do objeto refere-se, sobretudo, à blindagem e adaptações de cunho operacional, não exigindo habilidades não-usuais dos servidores.

13.2 Ressalte-se que uso de equipamentos operacionais, condução de viaturas e manuseio de armamento são conhecimentos presentes na rotina dos agentes de segurança presidencial. Estas habilidades são aprimoradas pelo órgão por meio da promoção de cursos de capacitação com frequência anual, mantendo os servidores em constante atualização frente às novas técnicas de atuação.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os resíduos gerados com a presente contratação, que sejam aptos, após o uso, serão encaminhados à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada, conforme determinado na alínea 'a', inciso I, do art. nº 31, da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.2 Foi realizada consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 5ª edição (agosto de 2022):

"A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações." (p. 15)

14.3 Dessa forma, o Termo de Referência estabelecerá que os equipamentos/veículos devem atender aos critérios estabelecidos pela legislação ambiental, em especial, ao PROCONVE (programa de controle da poluição do ar por veículos automotores para máquinas agrícolas e rodoviárias), conforme Resolução/CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018, da seguinte forma: Especificações Técnicas do Produto (TERMO DE REFERÊNCIA):

"Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes." (p. 305)

14.4 O edital deverá prever que o CONTRATADO deverá obedecer à legislação ambiental vigente, no que couber.

14.5 Por fim, não foram vislumbrados impactos ambientais passíveis de mitigação no presente estudo, a não ser aqueles já normatizados para a produção regular de veículos automotores.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1 A aquisição em tela está prevista no Plano Anual de Contratações 2025, havendo recurso disponível, bem como se trata de demanda que irá agregar significativas melhorias na utilização da cápsula de segurança por parte dos agentes de segurança.

15.1.2 Visando cumprir o disposto no art. 10º do Anexo I do Decreto nº 11.676, de 30 de agosto de 2023, o Departamento de Segurança tem buscado os mais diversos recursos disponíveis no mercado para aprimorar a segurança das autoridades presidenciais. Nesse contexto, e com o objetivo salvaguardar a maior autoridade do país sob responsabilidade deste Departamento, verifica-se a necessidade de aquisição de veículos que

ofereçam as condições necessárias para realizar o transporte com segurança de autoridades, agentes e de materiais.

15.1.3 Por fim, o posicionamento conclusivo sobre a viabilidade desta contratação se constata, uma vez que os veículos a serem adquiridos estão disponíveis no mercado nacional, admitindo amplas possibilidades de concorrência entre fornecedores, bem como previsão da demanda no Plano Anual de Contratações, sendo a aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços se demonstra como a alternativa mais prática e econômica, em total respeito aos princípios constitucionais estabelecidos para a compra de bens pela Administração.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GEORGE HENRIQUE DUARTE DE VASCONCELOS**

Autoridade competente

**MARCOS PAULO DOS SANTOS ALMEIDA**

Membro da comissão de contratação

**WASHINGTON FELIX BARROS**

Membro da comissão de contratação